

REFLEXÕES FILOSÓFICAS

sobre a (im)parcialidade judicial a partir da Apologia de Sócrates

Palestra que teve como eixo central a problematização acerca das implicações éticas presentes no ato de julgar a partir da exploração do monólogo “Apologia de Sócrates” e do diálogo “Górgias”, ambos escritos pelo filósofo Platão no século IV a.C. Explorou, no âmbito da política ateniense clássica, a importância do discurso como a arte de dissuadir e o enfrentamento representado pela postura socrática – filosófica – diante da retórica e do relativismo sofístico. Destacou as diferenças entre o uso filosófico da palavra enquanto o que provoca, pelo espanto, a busca pela justiça e pela verdade e o uso sofístico do discurso como técnicas de persuasão descomprometida com a verdade e a justiça..

AUTORAS:

ANDRÉA MARIA CARNEIRO LOBO
DOUTORA EM HISTÓRIA;
PROFESSORA DE HISTÓRIA DO
DIREITO DO UNI BRASIL CENTRO
UNIVERSITÁRIO.

BRENDA BRYKSAAG
GRADUANDA DO SEXTO PERÍODO DO
CURSO DE DIREITO DO UNI BRASIL
CENTRO UNIVERSITÁRIO E MEMBRO
DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
TUTORIAL – PET.



Marcel Santos.

Quais as implicações éticas que se fazem presentes no ato de julgar? Como é possível um julgamento justo? A forma como são conduzidas as palavras, em um discurso, pode convencer o interlocutor acerca do seu conteúdo, ainda que este não precise necessariamente estar em consonância com a verdade? Mas afinal, o que é a verdade? E o que é justiça? Tais questionamentos foram suscitados por Marcel Albiero da Silva Santos e Yasmin Tamara Jucksch durante a palestra “O julgamento de Sócrates: reflexões filosóficas sobre a (im)parcialidade judicial”, ocorrida dentro do circuito Academia UniBrasil e com o apoio do Programa de Educação Tutorial - PET do Curso de Direito no dia 3 de setembro de 2019.

Graduado em Direito e doutor em Filosofia pela UFPR, Marcel abriu o evento provocando a assistência – composta por alunos de Direito, Psicologia e Pedagogia – a problematizar o ato de julgar, sua relação com a ética e a justiça a partir da análise de um texto do filósofo Platão (428-27 a.C. – 348-47 a.C.) intitulado “Apologia de Sócrates”, cujo tema é o julgamento do filósofo ateniense Sócrates (470 a.C-399 a.C.), mestre de Platão.

Acusado por três influentes cidadãos pelos crimes de não reconhecer os deuses cívicos, introduzir novas divindades e



Marcel Santos e Yasmin Jucksch.

corromper a juventude, Sócrates foi conduzido, segundo o texto platônico, perante o tribunal da polis ateniense, composto por 500 juizes, para se defender de suas acusações. O contexto da acusação, o conteúdo da dinâmica da defesa e as indagações filosóficas exploradas por Sócrates durante esse processo constituem o cerne da "Apologia". Trata-se de um monólogo atribuído à Sócrates, no qual Platão evoca, por meio dos acontecimentos dramáticos que permearam esse julgamento e seu desfecho – a condenação de Sócrates à morte auto induzida por veneno – indagações filosóficas acerca do sentido da justiça e da verdade, concebidas para além daquilo que a tradição, a moral, as leis e os costumes têm por justo.

Em sua defesa, assim como ao longo de toda a sua trajetória como filósofo, Sócrates – valendo-se da ironia e da dialética - ocupou-se menos em provar sua inocência e mais em

suspender o senso comum acerca do que os cidadãos atenienses concebiam como justo, verdadeiro e correto, instigando-os a vislumbrarem a fragilidade dos pilares de seu ordenamento jurídico-político por meio de um profundo questionamento ético.

No âmbito da democracia ateniense, que era direta e exercida por todos os cidadãos (homens, maiores de idade, nascidos na cidade e livres) mediante cargos e sorteios, o cidadão era a cidade e tudo o que lhe dizia respeito enquanto cidadão era resolvido no espaço público mediante, sobretudo, a oratória e a retórica: estratégias discursivas para falar bem e sobre diferentes temas de modo a convencer os interlocutores por meio das palavras. Nessa arte destacavam-se os chamados sofistas (tidos como sábios) de Atenas, excelentes oradores, retóricos e polímatas. Os sofistas ensinavam os cidadãos que pudessem pagar a como usar as palavras

de modo a convencer pelo discurso. O uso da palavra, assim verticalizado, tornava-se um instrumento de convencimento e de poder, e não necessariamente um meio para se atingir a verdade, e nisso reside uma das diferenças essenciais na forma pela qual Sócrates e os sofistas compreendiam a oratória.

O tema foi explorado também pela filósofa, mestre e doutoranda em filosofia Yasmin Jucksch a partir da abordagem sobre um outro texto platônico: o diálogo Górgias. Diferentemente de "Apologia", que foi um texto escrito na juventude e ainda muito sob a influência da filosofia socrática, "Górgias", ou "Da Retórica", é um texto dialógico tido como da fase de transição, em que Platão já começava a manifestar seu pensamento de forma mais independente e autêntica.

No diálogo em questão, Yasmin destaca como Platão, mais do que criticar a forma pela qual a retórica era empregada pelos sofistas,

manifesta um questionamento sobre o que seria a boa retórica, aquela comprometida com a verdade e orientada por fins legítimos, tais como a justiça. Para isso, retoma uma forma de escrita muito empregada por Platão em seus textos: o mito. No diálogo Górgias, Platão se vale dessa forma de escrita para diferenciar os julgamentos na era de Cronos dos que passaram a ser feitos na era de Zeus, destacando que, sob a orientação de Hades (o deus do mundo dos mortos, do Tártaro) Zeus decidiu que os homens deveriam ser julgados depois de mortos, a partir do que foram em vida, e todos nus. Além disso, além dos juízes gerais, os homens seriam julgados por juízes de cada domínio cultural (povo, cultura) a que pertenciam.

Na forma como nos é apresentada a simbologia platônica no diálogo Górgias, essas mudanças no ato de julgar pretendiam tornar esse ato mais justo, igualando os homens (todos nus) e evitando que os mais ricos e poderosos



pudessem influenciar na decisão dos juízes de modo a obter favorecimento. Ou seja, almejava-se com tais procedimentos que as decisões judiciais fossem mais imparciais e justas, da mesma forma que o uso da palavra – arte na qual Górgias, o sofista, era mestre – fosse orientado para a consecução do ideal da justiça.

Tais reflexões, postas pelos palestrantes a partir de textos escritos pelo filósofo Platão há quase 2.400 anos, nos parecem mais atuais do que nunca. Nosso contexto, por certo, é diferente do cenário político, social e cultural da Atenas dos séculos V e IV a.C.: enquanto lá o domínio da palavra e da esfera pública eram fundamentais para a afirmação da cidadania, aqui vivemos o esvaziamento do espaço público e a fragmentação do discurso em decorrência do aturdimento social desencadeado pelo bombardeio de informações – em sua maioria falsas e inúteis – compartilhada de forma

incessante pelas mídias e redes sociais.

Por outro lado, tanto lá como aqui o valor da verdade e da justiça padecem de sentido quando o próprio sentido da palavra como forma de se atingir o justo e o verdadeiro se esvazia. Lá em virtude de sua manipulação sofisticada com vistas ao convencimento. Aqui em virtude de sua desvinculação crescente com os fatos, em um contexto de pós-verdade no qual importa menos o que é dito e mais a forma como é dito.

Mas, como seres da linguagem, movemo-nos no terreno – por vezes pantanoso – da palavra. E se é ela que padece é só por intermédio dela – e da recuperação do espaço público – que podemos redimi-la, orientando-a por intermédio da Filosofia – do amor pela sabedoria – ao que é nobre, justo, belo, bom e verdadeiro.

Marcel Santos, Yasmin Jucksch, Andrea Lobo e Brenda Bryksaag.

